



VIOLÊNCIA

PM que assassinou estudante é indiciado

Policiais paulistas encurralaram jovem — que teria consumido álcool — depois que ele deu um tapa no retrovisor da viatura em que estavam. Câmera de segurança flagra o momento em que um deles dispara

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo indiciou por homicídio doloso (quando há a intenção de matar) o policial militar Guilherme Augusto Macedo, que matou o estudante de medicina Marco Aurélio Acosta, de 22 anos, com um tiro no peito. O crime aconteceu na madrugada de 20 de novembro, em um hotel em que a vítima estava hospedada na Vila Mariana, Zona Sul de São Paulo. O estudante foi levado a um hospital, mas morreu poucas horas depois. Ele foi sepultado ontem.

Em depoimento à polícia, uma mulher de 21 anos, que estava hospedada com o rapaz, contou que Marco Aurélio tinha consumido bebida alcoólica e que eles tinham brigado. Ela deixou o quarto e foi à recepção, onde ficou abrigada. Acosta saiu à rua a fim de buscá-la.

Imagens de câmeras de segurança que circularam, ontem, nas redes sociais, mostram o estudante cambaleando e, logo em seguida, batendo no retrovisor de uma viatura da Polícia Militar. Na sequência, ele foge para o hotel ao ser perseguido pelos policiais.

Encurralado

Os poucos segundos do conflito entre o jovem e os policiais foram registrados pelas câmeras de segurança do hotel. As imagens mostram Marco Aurélio encurralado pelos policiais. Ele chega a derrubar o PM Bruno Carvalho do Prado com um chute, enquanto Guilherme, já de arma em punho, atira contra o jovem.

A mulher que acompanhava o estudante disse que esperava que ele voltasse para o hotel quando presenciou o assassinato. “Foi questão de um minuto para ele voltar com os policiais em cima dele. Encurralam ele

Crime foi totalmente registrado

Reproduções de vídeo



Marco Antonio da um tapa na viatura e corre. Os policiais o perseguem



O estudante tenta se abrigar no hotel em que estava hospedado



O policial Guilherme encurrala Marco Antonio de arma em punho



O estudante derruba o policial Bruno. É quando Guilherme atira



O que justifica matar um menino, caído e sem camiseta, que não tem onde ocultar uma arma? O que está acontecendo com a polícia brasileira?

Silvia Cardenas Prado, mãe de Marco Antonio Acosta

ali. Eu não vi 100%, mas eu ouvi 100% de tudo”, relatou a mulher, em depoimento.

Guilherme e Bruno foram afastados das funções até o final das investigações. Além disso, as imagens das câmeras corporais usadas pelos dois PMs serão analisadas.

O pai de Marco Antonio, Júlio Cesar Acosta Navarro, foi chamado ao local da tragédia, mas relata ter sido ignorado pelos policiais. “Fui lá, tinha 15 policiais, quatro viaturas. Ninguém me dava explicação”, afirmou.

A mãe de Marco Antonio, Silvia Mônica Cardenas Prado,

peruana naturalizada brasileira, questiona a agressividade da polícia brasileira, não apenas contra o próprio filho. “O que justifica matar um menino de 22 anos, caído e que ainda está sem camiseta, que não tem onde ocultar uma arma? O que está acontecendo com a polícia brasileira”, cobrou.

De acordo com o Ministério Público, as mortes cometidas por policiais militares no estado de São Paulo aumentaram 46% até novembro deste ano, em comparação com 2023. Além disso, apenas de janeiro a setembro deste ano, a polícia

paulista matou 496 pessoas, o maior número desde 2020.

No noite da quinta-feira passada, depois de pressão da família de Marco Antonio, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, lamentou a morte do jovem em uma publicação nas redes sociais, em que diz que “abusos nunca vão ser tolerados e serão severamente punidos”. Na publicação, ele diz que a “polícia militar é uma instituição de quase 200 anos; é a polícia mais preparada do país e está nas ruas para proteger”.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Morte de delator: Justiça manda prender vendedor

A Justiça decretou a prisão temporária de Matheus Augusto de Castro Mota, o segundo acusado de envolvimento na execução de Antonio Vinicius Lopes Gritzbach, que fechou um acordo de delação premiada com o Ministério Público de São Paulo para detalhar operações do Primeiro Comando da capital (PCC). Matheus é comerciante de carros e suspeito de fornecer os dois veículos usados pelos executores do assassinato.

Gritzbach foi morto em 8 de novembro, na área de desembarque do Aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo. Dois homens encapuzados e armados com fuzis atiraram 27 vezes na direção do delator. Gritzbach foi atingido por 10 tiros. Uma das balas também matou o motorista de aplicativo Celso Araújo Sampaio de Novais.

Os criminosos, que até agora não foram identificados, estavam em um Gol preto, abandonado pouco depois do crime em Guarulhos. Na sequência, os investigadores descobriram que a dupla de matadores usou um Audi preto para continuar em fuga. Por fim, os dois assassinos

apanharam um ônibus. A força-tarefa que investiga o crime cumpriu oito mandados de busca e apreensão em endereços relacionados a Matheus Augusto, entre eles um sítio, onde um caseiro foi preso por porte ilegal de arma — portava um revólver sem registro.

O negociante de veículos conseguiu escapar pouco antes de um dos lugares em que a polícia chegou. Ele já havia sido preso anteriormente sob a acusação de prestar o mesmo serviço para bandidos.

Fuga para o Rio

Além de Matheus Augusto, a polícia conseguiu na Justiça a decretação da prisão de Kauê do Amaral Coelho, de 29 anos, olheiro do PCC e que estava no saguão do aeroporto. Ele é apontado como responsável por identificar Gritzbach para os executores. A polícia tentou prendê-lo na terça-feira passada, mas ele conseguiu escapar.

Depois do crime, Kauê saiu de São Paulo e escondeu-se no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ali, ele teria sido expulso por traficantes

Reprodução de vídeo



Peritos analisam o corpo de Gritzbach, caído na pista de desembarque. Matadores ainda não foram identificados

» Vereador reage e mata empresário a tiros

O presidente da Câmara Municipal de Castro (PR), a cerca de 160km de Curitiba, Miguel Zahdi Neto (PSD) — conhecido como Neto Fadel — matou a tiros o empresário Guilherme de Quadros Becher, seu vizinho, após uma discussão na noite da última quarta-feira. De acordo com a Polícia Civil, o desentendimento começou quando Becher foi até o portão de Fadel para reclamar do barulho das crianças que brincavam na casa do vereador, onde acontecia uma confraternização. Na discussão, o empresário sacou duas armas e disparou em direção às pessoas presentes. Fadel, que possui porte de arma, reagiu e atingiu Becher. A vítima foi socorrida com vida, mas morreu no hospital. O delegado Luís Gustavo Timossi afirmou que o vereador foi liberado sem ser autuado por ter agido, em princípio, em legítima defesa. Ele se baseou nos relatos das testemunhas e por outros elementos encontrados no local.

RACISMO

Ferramenta do CNJ avança rumo à equidade

» EDUARDA ESPOSITO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desenvolveu, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), uma ferramenta que tem tudo para acelerar processos contra racismo e injúrias raciais que se arrastam nos tribunais. A ferramenta foi lançada pelo presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, em 5 de novembro e surgiu por meio do Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial — cujo objetivo é melhorar a gestão de dados raciais para a implementação de políticas públicas judiciais de promoção à equidade.

A ferramenta tem três abas interativas. A primeira, mostra o panorama dos processos criminais relacionados a casos de racismo e crimes correlatos. Uma segunda apresenta o mapeamento da representatividade racial entre magistrados e servidores, em todas as instâncias do Poder Judiciário, para o acompanhamento da evolução da diversidade institucional. A terceira oferece as pontuações dos tribunais no Prêmio de Equidade Racial do Poder Judiciário. O painel disponibiliza, ainda, dados com informações sobre as bases de informações coletadas.

A gestora do Pacto e juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Karen Luíse Vilanova Batista de Souza, afirma que a ferramenta representa um grande avanço para a transparência e a ampliação da diversidade no Judiciário, ao permitir o monitoramento da equidade racial na Justiça a partir de diferentes informações.

“A visualização de dados processuais de racismo e de desempenho dos tribunais no estabelecimento de iniciativas de equidade racial, possibilita a promoção efetiva da equidade racial no Judiciário”, observa.

O painel mostra que há 11.620 processos sobre racismo e injúria racial pendentes no Brasil — 98% estão na Justiça de primeira instância. Mais de 56% das vítimas dos processos são mulheres e 43%, homens. O perfil por idade é de 26 e 45 anos e apenas neste ano há mais 4.205 novas ações judiciais.

Sobre a representatividade no Poder Judiciário, a ferramenta mostra que de 299.115 pessoas nos quadros funcionais, 74.079 são negras — 2.466 na magistratura e 71.613 como servidores. No Painel, é possível obter, também, o percentual de pessoas negras em cargos de chefia ou comissionados.

O presidente da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Bethoven Andrande, ressalta que a ferramenta é mais uma medida para promoção de políticas de equidade. “O Painel não se limita à quantidade de processos. Mostra, também, a realidade racial do Judiciário. Há o interesse da própria população negra, e da população como um todo, de que esses casos sejam julgados”, observou.

Para Raphael de Lima Vicente, advogado, doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e idealizador do Índice de Equidade Racial nas Empresas, a iniciativa terá papel importante no combate ao racismo institucional. “Ao aumentar a visibilidade de processos relacionados a racismo, e da representatividade racial no Judiciário, o Painel traz a realidade das injustiças e cria uma base para o monitoramento desses casos”, disse.